

Margarida Drumond de Assis (*)

Em Brasília, 2h46; do outro lado do mundo, 14h46. A data? 11 de março de 2011. Uma catástrofe que será sempre lembrada e da qual devemos tirar lições acabava de acontecer. Subitamente, milhares de pessoas se vêem obrigadas a pôr em prática o que normalmente fazem pelo menos uma vez por ano: salvarem-se de um terremoto.

O tremor, desta vez, acontecia no subsolo oceânico, em área com quatro placas tectônicas sobre as quais estão o Japão, regiões da Ásia, da Oceania e do Pacífico. Em sua movimentação, encostaram-se umas nas outras, originando o intenso tremor de 8,9 graus na escala Richter, com epicentro a cerca de 125 quilômetros da costa nordeste do Japão. Tamanha foi a força que ondas ocorreram de 7,3 metros, provocando problemas em reatores nucleares, devastação e mortes. Foi o maior tremor em 140 anos de medições por lá, e toda essa violência fez, inclusive, com que o eixo da terra mudasse 10 centímetros de lugar. A catástrofe faz-nos pensar quão pequenos somos mediante a força da natureza e no que estamos fazendo para evitar tragédias ambientais; leva-nos a pensar no que vem sendo feito por um desenvolvimento sustentável.

Os quinze minutos que se deram entre o tsunami até a chegada das primeiras ondas atingindo as províncias de Fukushima, Miyagi, Iwate e Ibaraki não foram suficientes para que as pessoas todas saíssem do local. Às 15h30, as gigantescas ondas já passavam arrastando prédios, navios, carros, aviões, tudo. De imediato, cerca de 300 mortos e mais de 500 desaparecidos. Graças a medidas de prevenção, disciplina e outros cuidados, cerca de 8,7 milhões de pessoas conseguiram escapar, uma vez que logo deixaram suas casas, indo para as partes mais altas dos prédios e para outras construções que, obrigatoriamente, no Japão, são erguidas de forma a evitar desmoronamento, mesmo com fortes abalos sísmicos.

Terremotos e outros eventos de forte impacto na natureza não são novidades e devem ser bem considerados, analisados. Dentre outros terremotos de tão forte impacto, lembremos os de Valdivia, no Chile, em 1960, com 9,5 graus



de intensidade; do Alasca, nos Estados Unidos, em 1964, com 9,2; em Sumatra, no Oceano Índico, em 2004, com 9,1; além dos que tomaram a Rússia, Equador, Tibete e, há pouco mais

de um ano, o Chile.

Por grande graça, aqui no Brasil não os temos assim. Mas há outros problemas sérios que ocorrem anualmente, devido a enchentes, por chuvas torrenciais, originando grandes deslizamentos.

Moradores de algumas regiões, bem o sabemos, são vítimas certas, como os do Sul, do Rio de Janeiro, São Paulo e de Minas Gerais. Mas o que é feito para evitar as devastações e mortes, a cada ano, quando vêm essas tragédias ambientais?

Claro é que, em se tratando da força da natureza, às vezes nada pode ser feito; mas ações como proibição de construir moradias em locais inapropriados, com atenção para uma adequada ocupação do solo, por exemplo, devem ser prioridade nos programas de Governo, de cada estado e da União.

Todavia, permanece a negligência das autoridades com iniciativas eficazes, com fiscalização na construção das moradias... e tudo à revelia de um sem número de vidas que se perdem. De outra feita, também enfrentamos problemas com as construções de usinas, a pretexto de um suporte de água, de energia. E então vêm as hidrelétricas e as usinas nucleares.

No Japão, a usina atômica de Fukushima foi atingida pelo tsunami e, em consequência, houve vazamento de vapor radioativo. Ao som de sirenes de alerta, de anúncios em cadeias de rádio e de televisão e com visitas rápidas de policiais, moradores de um raio de 3 a 10 quilômetros em volta da usina foram convidados a deixar suas casas. E prontamente as deixaram.

Mas, e aqui no Brasil, há esse cuidado de prevenção, de respeito à vida? O que tem sido feito para se respeitar a vida e o planeta? Em Angra I e II, temos o reator de 1970. Estará ele, por exemplo, com segurança garantida?

Mediante a tragédia recente no Japão, estudiosos do assunto destacaram que um reator tem vida média de 40 anos. É preciso repensar as iniciativas em torno de um planejamento em prol da energia que nos é tão necessária; repensar as construções. Episódios como o de Chernobyl, em 1986 – a destruição de Hiroshima e Nagasaki, e agora o de Fukushima devem servir como sinais de alerta.

Assim, urge também refletir sobre o que vem ocorrendo com a polêmica construção do lago de Belo Monte.

Sabemos tratar-se de usina hidrelétrica grandiosa na história da Amazônia, mas é preciso muito que se considere o que normalmente ocorre quando da construção de grandes reservatórios de água: áreas são alagadas, espécies muitas vezes dizimadas, áreas de florestas inundadas, e, deteriorando, originam o metano. No caso de Belo Monte, índios e populações ribeirinhas serão desalojados, além de que nesses casos sempre ocorre a destruição da beleza natural do espaço.

Há muito que se pensar – antes de fazer o que poderia ser evitado.

(*) Margarida Drumond, escritora, professora e jornalista, é membro da Academia de Letras de Taguatinga e foi redatora do JORNAL SATÉLITE. {jcomments on}